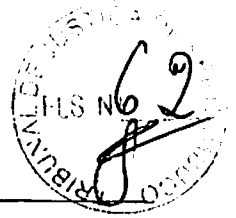




PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



HABEAS CORPUS Nº 0004806-84.2010.8.17.0000 (0211155-1)

188

IMPETRANTE: Roberto Henrique Tenório de Vasconcelos

PACIENTE: Lindinaldo Antônio da Silva

RELATOR: ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA CONVOCADA: Dra. Patrícia de Fátima O. Torres

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS* LIBERATÓRIO. TENTATIVA DE HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. RELATIVA DILAÇÃO DO ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO QUE SE ENCONTRA JUSTIFICADA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. Mesmo se reconhecendo relativa dilação para o encerramento da instrução, o processo está sendo impulsionado devidamente, não bastando a simples contagem do tempo para assegurar ao réu o direito à liberdade. A demora na condução do processo, capaz de configurar constrangimento ilegal, deve ser injustificada e desarrazoada, o que, como visto, não acontece no presente caso;

2. Ordem denegada. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* nº 0004806-84.2010.8.17.0000 (0211155-1), em que figura como impetrante Roberto Henrique Tenório de Vasconcelos, e como paciente Lindinaldo Antônio da Silva, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia ____ de maio de 2010, por decisão unânime, em denegar ordem, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, ____ de maio de 2010.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



HABEAS CORPUS Nº 0004806-84.2010.8.17.0000 (0211155-1)

189

IMPETRANTE: Roberto Henrique Tenório de Vasconcelos

PACIENTE: Lindinaldo Antônio da Silva

RELATOR: ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA CONVOCADA: Dra. Patrícia de Fátima O. Torres

RELATÓRIO

A presente ordem de *habeas corpus*, com réquerimento de concessão de medida liminar, foi impetrada pelo Advogado Roberto Henrique Tenório de Vasconcelos, em favor de Lindinaldo Antônio da Silva, apontando como autoridade coatora o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de São Caetano/PE, juízo perante o qual o paciente responde ao processo nº 0000799-64.2007.8.17.1290, pela suposta prática de tentativa de homicídio duplamente qualificado, tipificado no art. 121, §2º, incisos I e IV, c/c art. 14, II, ambos do CPB.

Alega o impetrante que o paciente sofre constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, pois se encontra detido, por força de mandado de prisão preventiva, desde 11.09.2008, sem que a instrução criminal tenha sido encerrada.

Requer, ao final, o relaxamento da custódia do paciente, face ao alegado excesso prazal.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 09/30.

Decisão Interlocutória, às fls. 37/39, indeferindo o pedido de liminar.

Instada a se pronunciar, a autoridade indicada como coatora apresentou as informações de fls. 47/49.

Em parecer de fls. 53/58, a Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Patrícia de Fátima O. Torres, opinou pela denegação da ordem.

É o relatório.

Immm



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



190

VOTO DO RELATOR

Como relatado, a presente ordem de *habeas corpus* tem como objetivo sanar suposto constrangimento ilegal suportado pelo paciente, decorrente de excesso de prazo na conclusão da instrução criminal.

Pois bem, srs. Desembargadores. Não assiste razão ao impetrante.

Digo o porquê:

Consta das informações prestadas pela autoridade apontada como coatora, que o paciente foi denunciado pela suposta prática de tentativa de homicídio duplamente qualificado, tipificado no art. 121, §2º, incisos I e IV, c/c art. 14, II, ambos do CPB.

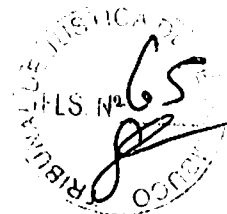
Narra a denúncia, que o paciente, no dia 19.09.2007, por volta das 8h, na Vila Paroquial II, Alto da Saudade, em São Caetano/PE, fazendo uso de uma faca peixeira e motivado por uma pequena discussão havida entre sua companheira e a vítima, cerca de 1h antes do fato, desferiu violentos golpes na altura do abdômen desta, e, ao final, deixou a faca encravada no corpo da ofendida, não conseguindo o seu intento homicida por circunstâncias alheias a sua vontade, vez que a Srª Sandra Maria foi socorrida para um hospital, onde se submeteu a intervenções cirúrgicas, dada a gravidade das lesões causadas.

Em 31.03.2008, atendendo representação da autoridade policial, bem como requerimento do Ministério Público formulado quando do oferecimento da denúncia, o Exmº Magistrado *a quo* decretou a prisão preventiva do paciente, apresentando os seguintes fundamentos:

“(…) o ora denunciado trata-se de pessoa violenta, já tendo tentado assassinar três mulheres, inclusive a vítima destes autos, e sua permanência em liberdade é um perigo à sociedade, haja vista no ato do cometimento dos seus crimes, o mesmo agir com frieza e insensibilidade moral, pois, sem controlar sua fúria, aplicou vários golpes na vítima, e no caso presente, deixou a faca encravada no abdômen de Sandra Maria



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



191

Duarte da Silva, que não faleceu por circunstâncias alheias à vontade do denunciado.”

Faz-se pertinente destacar, que apenas em 11.09.2009 foi o paciente detido, dando-se cumprimento ao mandado de prisão anteriormente expedido.

Após um adiamento, foi iniciada, em 29.09.2009, a Audiência de Instrução e Julgamento, onde foi ouvida uma das testemunhas de acusação, e a outra, que também fora intimada, compareceu ao fórum daquela localidade, mas teve que se ausentar antes de ser inquirida, nos dando conta o termo de audiência de fls. 29, ter a mesma se retirado por motivo de saúde.

Por outro lado, relata o Exº Magistrado *a quo*, que não foi possível realizar a audiência de continuação designada para o dia 05.03.2010, por se encontrar aquele magistrado no gozo de férias regulamentares, enquanto que a Juíza Substituta, em exercício cumulativo, na referida data, não pôde se ausentar da sua Comarca de origem, em razão do excessivo número de trabalho.

Em contato realizado com o Juízo de 1º Grau em questão, sobreveio a informação de que já fora designada nova data para a continuação da audiência de Instrução e Julgamento, a saber, 15.06.2010, ocasião em que provavelmente será a Instrução Criminal encerrada.

Do acima narrado, extrai-se que, de fato, há um relativo prolongamento na instrução do feito em análise, mas que não pode ser considerado abusivo, porquanto é razoável e justificado, não chegando a se constituir em constrangimento ilegal.

Colhe-se das informações prestadas pelo Exmº Juiz de 1º Grau, que foram empregados todos os meios possíveis para a célere condução do processo, tendo a referida autoridade sempre atuado diligentemente, sendo que, devido a fatos que não podem ser debitados à sua desídia, nem tampouco à realização de diligências suscitadas pela acusação, não se logrou avançar na fase instrutória.

Então, mesmo se reconhecendo relativa dilação para o encerramento da instrução, o processo está sendo impulsionado devidamente, não bastando a simples contagem do tempo para assegurar ao réu o direito à

Immm



192



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

liberdade. A demora na condução do processo, capaz de configurar constrangimento ilegal, deve ser injustificada e desarrazoada, o que, como visto, não acontece no presente caso.

Como bem salientado pela Procuradoria de Justiça, no Parecer de fls. 53/58:

“(...) é cediço que na jurisprudência e doutrina pátrias, somente a mora injustificada reclama o remédio heróico para fazer cessar constrangimento ilegal por excesso de prazo, o que, no sentir desta procuradoria de justiça, não é o caso dos autos, posto que a marcha mais lenta que vem tendo o feito, além de não se afastar do razoável, encontra-se justificada. (...)”

Ademais, na hipótese, é manifesta a necessidade de manter-se o paciente afastado do convívio social, em benefício da ordem pública, até que o processo a que responde seja concluído, porquanto não se pode dizer que seja meramente especulativa a conclusão de que, em liberdade, esse mesmo agente volte a delinquir, já que por outras duas vezes cometeu delitos da mesma natureza do apurado no processo originário, com o mesmo *modus operandi*, não podendo a sociedade ficar a mercê de pessoas que agem desta maneira, praticando delitos com tamanha indiferença pela vida humana.

Em face de tudo o que foi exposto, em consonância com o parecer ministerial, voto pela **denegação da ordem**.

É como voto.

Recife, 26 de maio de 2010.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator